

Segmento: Governo RS

19/06/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 6

PED chega a 25 anos com balanço do desemprego na Região Metropolitana

Evento na FEE reunirá personalidades que participaram da formulação do indicador mais antigo do Rio Grande do Sul

Em junho de 1992, o Brasil era governado por Fernando Collor de Mello - que sofreria processo de impeachment e se afastaria em setembro do mesmo ano -, e a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) estava em 14,8%, a primeira apurada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Vinte e cinco anos depois, em junho de 2017, a taxa, que reflete ainda o mercado em abril, está em 11,3% e é crescente, segundo especialistas da PED. O cenário atual não é o de inflação de 1.000% ao ano de 25 anos atrás, mas o ambiente político é conturbado. O presidente Michel Temer (PMDB), coincidentemente, é alvo de pedido de afastamento após denúncias do empresário e um dos donos do JBS Joesley Batista.

A trajetória não da política, que é pano de fundo certamente, mas da PED está em foco. A pesquisa na RMPA completa neste mês um quarto de século de execução, coordenada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Dieese e Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Fgtas). Hoje, um evento na FEE reunirá personalidades que participaram da formulação e implantação do indicador mais antigo do Estado. A partir das 14h, Wrana Panizzi, ex-reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e presidente da FEE quando surgiu a PED; Carlos Henrique Horn, que implantou a metodologia na FEE e é professor de Economia na Ufrgs; e Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese nacional, estarão na jornada sobre os 25 anos da PED, na sede da FEE.

A data também é crucial por outros dois aspectos. A FEE, que operacionaliza a PED, foi extinta pelo Estado, processo suspenso pela Justiça, mas há suspense sobre o seu futuro. O segundo fator é o custeio da pesquisa, que depende de verbas do Ministério do Trabalho repassadas à Fgtas, cujo convênio precisa ser renovado neste mês para assegurar repasses futuros. Em 2016, a PED passou pela mesma incerteza e quase parou de ser feita. A assessoria do ministério informou, na última sexta-feira, que há parcelas a serem pagas no atual convênio, mas que “para ações futuras não há recurso previsto no orçamento de 2017”.

Coordenadora da PED na FEE, a economista Iracema Castelo Branco admite que as condições institucionais para manter a pesquisa voltam a preocupar, mas ela espera que haja solução, como em 2016. A respeito das mutações do mercado de trabalho em 25 anos, Iracema reforça que há retorno da taxa mais alta, que remete ao passado dos anos de 1990. “É preocupante, pois isso sinaliza para o aumento da taxa. Naquele período (1992), havia um processo de elevação da taxa desde os anos de 1980”, descreve. A PED surge, cita ela, da percepção que a taxa oficial da época não mostrava a dimensão do problema. Dieese e Fundação Seade, em São Paulo, criam o indicador após estudos.

Sobre o desemprego de 25 anos atrás e o de agora, Iracema comenta que os anos de 1990 tiveram o auge da oferta da mão de obra dos jovens. Este contingente não conseguia emprego, o que turbinou a taxa, que chegou a quase 20% em 1999. A economista observa que hoje não há mais a pressão demográfica no mercado, pelo menos no Estado, mas que o problema passou a ser a queda na oferta de vagas. “Temos principalmente a perda de postos com carteira assinada gerados na década de 2000 e que estão sendo destruídos agora pela recessão muito intensa da economia”, conclui a economista.